

Um intelectual a serviço do patrimônio: José Calasans, o ensino de história e as políticas do SPHAN em Sergipe¹**Magno Francisco de Jesus SANTOS***

Resumo: O presente artigo discute a atuação do intelectual José Calasans como representante do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em Sergipe, entre o final da década de 30 e meados da década de 40 do século XX. Trata-se de uma análise da trajetória do folclorista no âmbito do patrimônio material, no período em que ocorreu com maior intensidade a política de tombamento dos monumentos em Sergipe. Com isso, se torna possível compreender a atuação de burocratas do patrimônio no âmbito do ensino e da indicação dos bens a serem preservados, assim como a política cultural varguista no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Política cultural. Patrimônio cultural. SPHAN. José Calasans.

An intellectual in service of heritage: José Calasans, the history teaching and SPHAN policies in Sergipe

Abstract: This article discusses the role of the intellectual José Calasans as representative of the National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN) in Sergipe between the late 1930s and mid-1940s of the 20th century. It is an analysis of the trajectory of the folklorist in the scope of the material heritage in the period in which occurred with greater intensity the listing policy of the monuments in Sergipe. With this, it becomes possible to understand the actions of heritage bureaucrats in the field of teaching and the indication of the assets to be preserved, as well as Vargas cultural policy in Brazilian northeast.

Keywords: Cultural policy. Cultural heritage. SPHAN. Jose Calasans.

Treze de agosto de 1939. Na tarde ensolarada de uma quinta-feira, desembarcava em Aracaju uma das mais notórias e festejadas autoridades do campo cultural brasileiro do

¹ Este artigo aprofunda as questões inicialmente apresentadas na mesa sobre “Folclore, Patrimônio Cultural e Educação em Sergipe”. Neste evento, as professoras Beatriz Góis Dantas, Silvânia Santana Costa e eu discutimos alguns dos campos de atuação do intelectual em plagas sergipanas.

* Professor Doutor em História – Departamento de História e colaborador do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Brasil. Avenida das Humanidades, Campus Universitário de Natal. CEP: 59078-970. Natal, RN. E-mail: magnohistoria@gmail.com

período do Estado Novo. Era Rodrigo Melo Franco de Andrade, o diretor do então recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que chegara a terras sergipanas a trabalho. A imprensa local anunciou com entusiasmo a presença do intelectual:

Em Sergipe

Pelo Cliper da Panair de quinta-feira última, chegou a esta capital o dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional.

[...] Ao desembarque do ilustre patricio compareceu o tenente Osias Vasco Nascimento, representando o sr. Interventor Federal e o secretário de Justiça e Negócios do Interior, Dr. M. Carvalho Barroso. (Em Sergipe..., 1939, p. 1).

O intelectual do patrimônio brasileiro foi recebido por uma comitiva constituída por políticos e homens de letras. Entre os quais se encontrava o jovem bacharel José Calasans,¹ iniciante nas inquirições do folclore e dos movimentos sociais e políticos de Sergipe. Como bem salientou o professor Ibarê Dantas, na principal síntese acerca da *intelligentzia* sergipana do século XX, no final da década de 30, Calasans já “[...] mostrava sua inclinação para a História.” (DANTAS, 2012). Foi nessa condição de estudioso das manifestações culturais do povo sergipano que o professor Calasans acompanhou o diretor do SPHAN em sua excursão pelo interior sergipano. De acordo com a Folha da Manhã:

S. senhoria é uma individualidade marcante no cenário das letras brasileiras, veio até nós em missão da importante sua investidura, investigar os monumentos históricos de Sergipe, já tendo viajado para o interior do Estado acompanhado do professor José Calazans, do arquiteto José de Souza Reis, assistente técnico do S.P.H.A.N. e do sr. Eurico Hess, auxiliar técnico (Em Sergipe..., 1939, p. 1).

A comitiva era integrada por profissionais especializados em arquitetura², dentro dos cânones de atuação do SPHAN (CHUVA, 2009). Essa presença de José Calasans Brandão da Silva na comitiva responsável pelo reconhecimento dos monumentos históricos sergipanos a serem tombados pela esfera Federal é reveladora. Nos anos subsequentes, o jovem professor tornou-se o principal interlocutor do SPHAN nas terras de Serigy, como mais uma de suas inúmeras atribuições acumuladas ao longo da década de 40 do século XX, nas quais incluíam a docência na cadeira de História no Atheneu Sergipense e no Colégio Tobias Barreto e a diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Tudo isso foi acompanhado por uma constante escrita sobre a história e a cultura sergipanas, com suas publicações na imprensa local. A última década de Calasans em Sergipe³ foi intensa e permeada de ações em diferentes segmentos do campo cultural, digna de uma despedida.

Nesse texto, tento seguir os passos trilhados por Calasans no âmbito do patrimônio material. Certamente, esse é o ângulo menos observado do multifacetado “mariscador das coisas passadas”, como o mesmo chegou a se autodenominar. Diante da visibilidade nacional de seus estudos acerca de Canudos (CALASANS, 1950), da legitimidade de seus escritos em âmbito local no tocante ao folclore (CALASANS, 1977) e até mesmo da mais recente emergência de sua atuação docente e intelectual⁴, os caminhos palmilhados por Calasans nas veredas do patrimônio histórico foram pouco elucidados, apesar de serem recorrentemente citados. Esse silêncio pode ser explicado se observarmos o fato de, até mesmo o próprio Calasans, aparentemente, não ter tratado com muito afeito sua condição de representante da instituição nacional de preservação do patrimônio, pois em sua vasta e variada produção intelectual não foi possível localizar reflexões sobre os monumentos históricos. Evidentemente, como uma “caixa de Pandora”, os impressos sergipanos da primeira metade do século XX podem revelar surpresas, com escritos ainda desconhecidos.

Busquei reconstituir esses caminhos por fontes pouco usuais na pesquisa histórica acerca das questões do patrimônio. Cruzei as informações difundidas na imprensa sergipana com o conteúdo das cartas institucionais direcionadas a Calasans. Com isso, tornou-se possível reconstituir a presença desse professor no seletor *métier* dos defensores do patrimônio nacional da primeira metade do século XX. Sua atuação esteve vinculada ao processo de reconhecimento e preservação dos bens, bem como, atinentes ao processo de educação patrimonial,⁵ na qual a sua atividade no ensino de história tornou-se um lastro para experiências pautadas nos usos do passado na construção de um sentido para os monumentos.

Diante desse cenário, dividi minha apresentação em dois momentos: no primeiro discuto a política cultural da Era Vargas e as ações dos interventores sergipanos na preservação do patrimônio histórico, pontuando a presença de Calasans como sentinela do patrimônio, com a vigilância dos monumentos nas chamadas cidades históricas. Por fim, no segundo momento, abordo a presença de Calasans por meio de suas ações na educação patrimonial.

1 José Calasans e a política de salvaguarda nas cidades históricas de Sergipe

Nos últimos anos, a historiografia brasileira tem apresentado uma guinada no seu processo de renovação no tocante aos embates acerca da questão patrimonial. A política cultural deflagrada por Getúlio Vargas e seus intelectuais, passou a ser revista e relativizada, a ponto de historiadoras como Martha Abreu e Ângela de Castro Gomes, aludirem ao fato do propagado “Estado Novo” não ser tão novo assim, do mesmo modo

como a suposta “República Velha” ser a resultante de um longo processo de reinvenção de historiadores a serviço do Estado, atuantes no quarto decênio do século XX. Elas defendem uma revisão das políticas culturais preconizadas ao longo da Primeira República, ao afirmar:

Assim, podemos afirmar que ainda se desconhece, basicamente por falta de estudos, uma rica movimentação de atores – intelectuais, trabalhadores, setores de classes médias e populares – empreendida no campo da participação política, que alcançou desenhos variados e mais ou menos formalizados em instituições e associações muito variadas. (GOMES; ABREU, 2009, p. 1).

Esse convite em tom de provocação das historiadoras cariocas nos leva a repensar a difusão das políticas culturais no Brasil ao longo de toda a experiência republicana, sem menosprezar as relevantes ações de políticos e intelectuais das primeiras décadas do século XX. No âmbito historiográfico, 1930 tornou-se a baliza oficial entre o passado com forte conotação do Brasil colonial e imperial e do porvir, dos projetos de inovação e reinvenção no país. Essa perspectiva se fez presente em estudos de ampla circulação nacional, como “A Cultura Brasileira” de Fernando de Azevedo ou em estudos do âmbito da historiografia sergipana, como Maria Thetis Nunes e seu marco final delineado em 1930.

No campo do patrimônio, a força desse marco temporal apresenta-se com maior vigor, pois o ato de institucionalização das ações da União em prol do patrimônio tido como nacional teve como um dos seus pilares a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos idos de 1937. Com isso, a coloração varguista tingiu as discussões sobre o patrimônio histórico no país, com a edificação de seu mito, no qual se distinguem o espaço, o tempo e o herói. O Espaço emerge multifacetado entre a instituição recém-criada e as cidades-monumentos tombadas pela União, especialmente Ouro Preto, tida como modelo de urbes colonial e de patrimônio. O tempo perpassa pelo ano de 1937, inicialmente com a Constituição Federal e o reconhecimento da necessidade de proteção aos bens nacionais, por meio do Artigo 134:

Art. 134. Os monumentos historicos, artisticos e naturaes, assim como as paizagens ou os locaes particularmente dotados pela natureza, gozam da protecção e dos cuidados especiaes da Nação, dos Estados e dos Municipios. Os attentados contra elles commettidos serão equiparados aos commettidos contra o patrimonio nacional. (BRASIL, 1937).

Ainda em 1937, por meio do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro, o presidente da República “organiza a proteção do patrimônio histórico nacional”, ou seja, regulamenta e institucionaliza a política cultural voltada para o patrimônio. Por meio desse documento, o

Governo Vargas definiu os parâmetros do que deveria ser reconhecido como patrimônio histórico:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

A concepção de patrimônio vigente na carta magna de 1937 perpassava pela materialidade, com ênfase nos fatos memoráveis e no valor artístico dos bens. Era a configuração que atravessaria a experiência nas políticas públicas de salvaguarda do patrimônio no país até meados dos anos oitenta. Além disso, a criação do SPHAN possibilitou a emergência de um herói fundador. Nesse caso, tratava-se de Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente da instituição entre 1937 e 1969. A visibilidade dessa proposta patrimonial vencedora, atrelada à exitosa estratégia de difusão da cultura política varguista, credenciou esse momento histórico como basilar, o nascedouro das atenções de intelectuais e políticos brasileiros acerca das chamadas “coisas do passado” perpetuadas em pedra e cal.⁶ Isso repercutiu na política de silenciamento das propostas derrotadas, como o anteprojeto de Mário de Andrade de 1936, no qual apresentava como finalidade “[...] determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional.” (ANDRADE, 1980, p. 01), além de incluir na lista de bens a arte ameríndia e popular.

No caso de Sergipe, esse silêncio extrapola as linhas do tempo e atravessa tanto os tempos anteriores a 1930, como também a trajetória de reconhecimento dos monumentos como patrimônio de valor histórico e artístico em âmbito nacional. Nos escritos acerca da política de tombamento, há uma predileção indisfarçável pelos monumentos em detrimento dos intelectuais que lutaram em defesa da preservação. No tocante ao patrimônio de pedra e cal, aos bens de natureza material, salvo raras exceções, os escritos históricos elucidam as datas, decretos e condição dos bens, menosprezando um elemento fundamental para o historiador: o processo de tombamento e os agentes envolvidos na trama. Uma obra que foge a essa regra e nos apresenta uma faceta mnemônica dos bastidores da política patrimonial em Sergipe é o capítulo produzido por Ana Conceição Sobral de Carvalho, no vistoso livro “Monumentos Sergipanos” (CARVALHO, 2006).

Nessa obra, a estudiosa do patrimônio cultural sergipano revela suas memórias acerca das questões do governo estadual e de intelectuais como as professoras Beatriz Góis Dantas e Verônica Maria Meneses Nunes em defesa dos monumentos sergipanos.

Mesmo reconhecendo o valor desse livro, é perceptível como a busca pelos bastidores da política cultural de Estado perpassou pelo singelo afastamento dos embates históricos, pois a autora discorre sobre esse processo como um registro de memória. As discussões em torno do patrimônio histórico muitas vezes foram deixadas à margem do ofício do historiador, salvo raras exceções, como a professora Verônica Nunes, desbravadora do patrimônio sergipano com o olhar de historiadora (NUNES, 1993).

A Era Vargas em Sergipe foi marcada pela constituição de políticas culturais de âmbito estadual. Tais políticas encontravam-se atreladas à preservação do patrimônio e à edificação da memória nacional. No governo do interventor Eronides de Carvalho, o poder público estadual apresentou suas primeiras ações no sentido de proteger a memória sergipana preservada em sobrados e igrejas. Por meio do Decreto-Lei nº 94, de 22 de junho de 1938, a cidade de São Cristóvão⁷ foi considerada um “[...] conjunto urbanístico, paisagístico e arquitetônico, elevado à categoria de monumento estadual e nacional.” (SERGIPE, 1938, p. 01). Mais do que a proteção, essa regulamentação garantia maior visibilidade da primeira capital do Estado, como também expressava a afinidade política do mandatário local com as determinações oriundas da União.

Contudo, esse ato instituído por Eronides de Carvalho não pode ser visto apenas como uma repercussão das políticas públicas provenientes do Estado Novo. Ele também atendia a um pleito defendido pelos intelectuais sergipanos desde os primeiros anos do raiar do século XX, com a defesa da primeira capital de Sergipe como espaço da memória estadual. Um caso elucidativo dessa preocupação com a preservação do patrimônio é o estarrecedor artigo do pensador da história Luiz José da Costa Filho, publicado no dia 8 de março de 1907, no qual, melancolicamente, afirmava:

Atormentado pela impaciência que o caminho tortuoso e longo da jornada à antiga e dormente capital de minha terra, soe acordar no espírito do viadante, cheguei as portas daquela triste cidade.

Olhei-a com profunda mágoa no coração.

S. Christovam é inteiramente uma ruína: suas casas empretecidas pelos phenomenos do tempo e pelo abandono dos homens, são como uma confusa multidão de sepulturas exóticas; suas largas ruas, rasgadas sem as considerações de uma medida de arte, todas deterioradas e muitas comidas em grande parte pelos terríveis socoriões, semelham destroços de uma velha maltratada, que o mar tivesse arremessado baralhadamente a praia. (COSTA FILHO, 1907, p. 1).

Denúncias deste tipo eram recorrentes na imprensa local de praticamente toda a primeira metade do século XX e expressavam o zelo dos intelectuais na preservação dos bens materiais e na construção do chamado sergipanismo⁸. Desse modo, a presença de Calasans na comitiva do patrimônio pode ser vista como uma tentativa de incluir um

intelectual que fosse conhecedor dos bens a serem tombados, um estudioso da história regional. De acordo com Ibarê Dantas, em 1941, o interventor Eronides Carvalho nomeou José Calasans “[...] delegado do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Sergipe.” (DANTAS, 2013, p. 213). A partir desse momento, ele passou a listar e descrever os monumentos sergipanos dignos de serem protegidos pela União.

Com base no levantamento realizado por José Calasans, o SPHAN passou a reconhecer e identificar os monumentos sergipanos dignos de preservação – tombamento. O reconhecimento dos edifícios sergipanos como monumentos nacionais alcançou maior ênfase nos primeiros anos da década de 40 do século XX. Naquela ocasião 21 bens foram reconhecidos pelos SPHAN. Trata-se justamente do período no qual José Calasans foi o representante da instituição em Sergipe. Observe o Gráfico 1 (BRASIL, 2013) dos tombamentos do SPHAN em Sergipe:

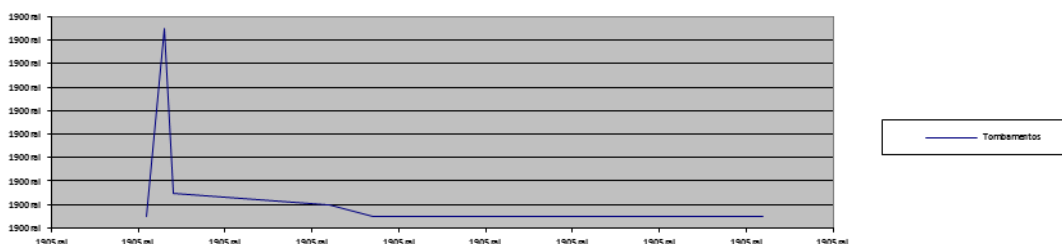


Gráfico 1: Tombamentos pelo IPHAN em Sergipe (1941-2012)

Fonte: Próprio autor, 2015.

Os dados do gráfico revelam uma grande concentração do reconhecimento dos bens culturais de Sergipe nos primeiros anos da década de 40, ou seja, nos primeiros momentos de atuação do SPHAN e de construção da memória nacional. Nesse sentido, 80,7% dos monumentos tombados em nível Federal em Sergipe foram reconhecidos entre 1941 e 1944, fato que reforça a hipótese de que os tombamentos estavam atrelados à política cultural do Estado Novo, no intuito de consolidar um estilo de arte nacional e uma história comum. Ao todo, nove municípios sergipanos foram contemplados com o tombamento de monumentos, sendo as cidades de São Cristóvão e Laranjeiras as que apresentaram o maior número de bens reconhecidos. A atuação de Calasans no processo de indicação dos monumentos a serem tombados pelo SPHAN foi decisiva.

São Cristóvão tornou-se oficialmente a cidade guardiã dos monumentos nacionais. A concentração de edifícios reconhecidos pelo SPHAN simbolizava a notoriedade a qual a primeira capital sergipana possuía na representação simbólica da tradição. Além disso, a atuação de José Calasans no âmbito do SPHAN em Sergipe não se limitou ao registro e à

indicação das edificações a serem reconhecidas nacionalmente, mas também engendrou pelo campo da defesa pela preservação na própria comunidade, ao tentar convencer os moradores da relevância para Sergipe em salvaguardar a memória acerca do passado local.

Essa atuação do SPHAN sofreu importantes resistências, especialmente das novas ordens religiosas que ocupavam os espaços nos quais, até o início do século XX, eram pertencentes às irmandades. Um exemplo desses embates ocorreu na igreja do Convento do Carmo, onde as irmãs Missionárias da Imaculada Conceição passaram a fazer mudanças substanciais, com a demolição do altar-mor e mais quatro altares laterais que formavam um dos mais belos monumentos artísticos de Sergipe.

Apesar da evidente situação de precariedade dos sobrados e igrejas da cidade, não foram constatadas grandes ações de intervenção do SPHAN no tocante à preservação do patrimônio histórico do município. O tombamento dos templos religiosos não fez inibir a ação das reformas modernizadoras da arquitetura de igrejas e conventos, o que provocou inquietações. A situação complicou-se ainda mais a partir de 1947, com a saída de José Calasans de Sergipe, fato que reduziu o entusiasmo com a pesquisa sobre o patrimônio sergipano⁹.

Em sua gestão como representante do SPHAN em Sergipe, Calasans manteve um importante diálogo com o chefe do Segundo Distrito da instituição, Godofredo de Figueredo Filho¹⁰. O Segundo Distrito do SPHAN tinha sua sede em Salvador e era responsável pela preservação do patrimônio na Bahia e em Sergipe. No último ano de atuação como representação do SPHAN em Sergipe, José Calasans manteve um contato intenso com o superintendente regional do órgão. Godofredo Filho estava preocupado com o acelerado processo de modernização da primeira capital de Sergipe. Em uma das cartas, o chefe do Distrito do Patrimônio alertou o representante sergipano do SPHAN sobre as reformas indevidas nos prédios de São Cristóvão:

Prezado Calasans: Visitando, ultimamente, a nossa velha São Cristóvão, notei que pintaram de vermelho vivo uma porta e uma janela externas do pavimento térreo do Palácio dos Governadores. Soube que o fizeram por ordem do Senhor Diretor do Tesouro, pois, naquele cômodo foi instalada a Exatoria Estadual de Rendas. Espero que Você intervenha, com a finura de sempre, vendo se consegue, pelo menos, que reparem o mal causado, igualando a pintura nova à antiga. Convirá que raspem o vermelho, aplicando, no local, o mesmo cinza-azulado que reveste as outras esquadrias. (FIGUEREDO FILHO, 1946a).

O diálogo entre os intelectuais ocupantes de cargos no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional revela algumas frestas acerca dos embates sobre a preservação do patrimônio histórico na primeira metade do século XX. As denúncias

expressam uma situação na qual os agentes públicos atuavam como sentinelas da questão patrimonial no Brasil e evitavam que novas cores tingissem a memória edificada do passado nacional. Observe a Figura 1.



Figura 1: Praça São Francisco e o Palácio Provincial
Fonte: Acervo MHS, década de 40 do século XX

Percebe-se também a recomendação para que Calasans interviesse com “finura” para tentar reverter o quadro. Essa recomendação expressa uma relação dialógica do poder, pois o prédio em questão era o sobrado do antigo palácio provincial, tinha abrigado a família imperial na visita a Sergipe nos idos de 1860. Como os danos históricos tinham sido fruto de uma ordem oriunda do poder público estadual, o traquejo do representante do SPHAN deveria ser maior, para evitar querelas com as instâncias do poder. Essa situação reflete como as ações em torno da preservação do patrimônio nacional não foram uníssonas entre os representantes do governo e também não mantiveram um poder coercitivo equiparado entre as diferentes instâncias do poder civil, público e religioso. Prova disso é a carta enviada a Calasans no mesmo dia da anterior, na qual o chefe do Distrito apresentava uma postura muito mais ofensiva diante das ações das irmãs da Imaculada Conceição:

Prezado Calasans: Rogo-lhe muita especial atenção para a Misericórdia, de São Cristóvão. A Irmã Superiora tende a modernizar tudo. Desta vez, foi o saguão, que teve sacrificado seu primitivo aspecto. Mas a religiosa acalenta outros intuitos reformistas e à vezeira em burlar a nossa vigilância.

Precisamos talvez de 10 em 10 dias, mandar inspecionar o prédio, ameaçado, agora, de perder um patamar e uma porta externa para o pátio. Se facilitarmos ou confiarmos, como de outras vezes encontraremos fatos consumados. Apesar das advertências do Dr. Rodrigo, e minhas, à Irmã Joana, ela deverá ser constantemente vigiada, e, no caso, por você, ou seu prepôsto, que estão mais perto. (FIGUEREDO FILHO, 1946b).

Percebe-se maior rigor no tratamento das irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, especialmente com a madre superiora. A ação modernizadora implementada pela irmã Joana era visto como um atentado ao patrimônio da cidade, pondo em risco a memória nacional preservada por meio de monumentos centenários como a Santa Casa de Misericórdia. Nesse caso, o poder coercitivo da vigilância apresentava-se com maior vigor, com a recomendação de se realizar vistorias a cada 10 dias. Mesmo assim, ainda é perceptível a ineficácia dos intelectuais do patrimônio, pois apesar dos alertas do presidente nacional do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco, do chefe do Segundo Distrito do SPHAN na Bahia e do representante sergipano da instituição, a madre continuava com suas ações modernizantes.

2 Calasans na “Cidade-berço de Sergipe”

Era o mês de outubro de 1941. Ao raiar do dia, crianças de Aracaju se deslocavam pelas ruas da cidade, com mochilas nas costas, empolgadas com o momento que vivenciavam. Era dia de aula. Aula de História. O entusiasmo visível era em decorrência da novidade, pois os estudantes da quarta série do Colégio Tobias Barreto teriam uma aula de História do Brasil na cidade de São Cristóvão, primeira capital de Sergipe.

Naquele dia, guiados pelo jovem professor José Calasans Brandão da Silva, os alunos da escola particular e militarizada¹¹ iriam conhecer a História de Sergipe nas ruas da velha capital, ao visitar templos, casarões e ladeiras que simbolizavam o passado sergipano, capítulos de uma história que insistia em estar presente, sobrevivente, talvez agonizante por meio das ruínas, das paredes escuras, da decadência. De qualquer forma, a atividade pedagógica despertou a atenção dos alunos e de parte da imprensa local, que passou a descrever algumas atividades e chegou a publicar o relatório produzido por um dos discentes.

Esse relatório tornou-se o principal testemunho acerca da prática docente de José Calasans no âmbito do ensino de história e da educação patrimonial. Como professor e delegado do SPHAN, o jovem intelectual promoveu o encontro entre as duas áreas e transformou a cidade de São Cristóvão em um espaço de práticas pedagógicas.

Assim, no dia 22 de outubro de 1941, o jornal da cidade de Aracaju, *O Nordeste*, publicou a reportagem “Cidade berço de Sergipe”¹², produzido pelo aluno José Bonifácio Fortes Neto¹³ que tinha participado das atividades educativas. O título do relatório publicado na imprensa mostrava-se revelador da ação pedagógica do historiador, preocupado com o ensino acerca do passado local. A ideia de apresentar a primeira capital sergipana como “cidade-berço”, revela um aspecto de ressonância na escrita de Calasans: o fato de preocupar-se com a formação da sociedade sergipana.

É interessante discutir a preocupação do então jovem professor em expor suas atividades profissionais por meio da visão dos seus discentes. O texto evoca a duas constatações que a todo instante parecem convergir: o valor histórico da cidade e a erudição docente. Certamente se trata de uma descrição que passou pelo crivo revisor de Calasans e explicita o intento de constatar a inovação didática do mestre. O professor é apresentado por meio de termos elogiosos como “[...] talento moço e sadio, notável pesquisador das coisas úteis e interessantes da História do Brasil.” (FORTES NETO, 1941, p. 3). Tais termos expressam que não se tratava apenas de um professor, mas de um intelectual estudioso investigador da história local.

Para o jovem articulista, tratava-se de uma viagem educativa e possuía um único objetivo: aprender, ou seja, os alunos foram “[...] conhecer de perto a relíquia dadivosa, a jóia mais preciosa.” (FORTES NETO, 1941, p. 3). A primeira capital dos sergipanos aparecia como um símbolo do passado, um monumento (LE GOFF, 2010), a ser utilizado como recurso didático nas aulas de História. Pode-se inferir que a cidade é representada sob a perspectiva de constatar o seu potencial documental, de testemunho de outrora, a persistência de um passado que permanecia no presente. São Cristóvão foi apresentada pelo docente como uma evocação aos tempos idos, ícone da memória colonial brasileira. O jovem autor do relatório afirmou:

É uma cidade antiga, de estilo é colonial e lembra Salvador. É uma cidade de monumento, onde tudo é História, recordações de Sergipe outrora. Tudo nela lembra uma odisséia grandiosa; seu ar tem o suave aroma colonial do século XVII; suas velhas, inúmeras e silenciosas Igrejas são através dos séculos uma culta e inepagável marca da religião de um povo. (FORTES NETO, 1941, p. 2).

Percebe-se uma clara conotação em apresentar a cidade como elo entre o presente e o passado. Não se tratava de qualquer passado, mas sim do período colonial, da fase de edificação da sociedade brasileira. Palavras como velha e antiga remetiam a ideia de longevidade, de permanência ou, talvez, o termo mais apropriado, remetia a sobrevivências

de outras épocas nos tempos de modernidade. Até mesmo o aroma do lugar seria capaz de transportar para os idos do século XVII.

Outra característica que não pode ser negligenciada na assertiva é a questão mnemônica. São Cristóvão emergiu no discurso com um espaço de confluências de memórias. Primeiro na comparação com outros centros urbanos do período colonial, já reconhecidos como patrimônio histórico nacional, como foi o caso de Salvador.¹⁴ Neste sentido, aparentemente houve a preocupação em inserir a primeira capital sergipana no rol dos grandes centros históricos do país.¹⁵

O segundo ponto mnemônico tange à História de Sergipe. Bonifácio Fortes Neto foi categórico ao afirmar que na cidade “tudo é História”. Mas o que seria esse tudo? Que História seria essa? O próprio autor apresentou alguns indícios relevantes para a elucidação de tais questões. Possivelmente, a visita guiada ao centro de São Cristóvão teria despertado o olhar para as edificações de sobrados e igrejas, ou seja, dentro dos parâmetros institucionalizados pelo recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O articulista trata das “recordações de Sergipe outrora”, ou seja, apesar da localidade possuir um patrimônio edificado no mesmo patamar dos mais relevantes centros históricos do Brasil, ali havia um elemento diferenciador, que era justamente o fato de remeter ao passado local, da busca por um sergipanismo¹⁶, termo muito utilizado pelo professor Calasans em textos publicados nos anos subsequentes. Além de se tratar de uma história estadual, havia outra característica implícita nesse teor histórico de São Cristóvão, pois nela “[...] tudo lembra uma odisséia grandiosa”. Era a ação dos grandes homens, dos feitos políticos, das guerras de conquista da terra e de resistência ao invasor. Nas aulas de História do Brasil ministradas pelo professor Calasans, Sergipe roubava alguns capítulos, tingindo com cores locais a experiência histórica nacional.

A aula do jovem professor discorreu sobre elementos defendidos pela política cultural do Estado Novo, como bem expressa Ângela de Castro Gomes, constituíam “[...] um certo conjunto de medidas voltado para o que se chamou, na época, ‘a recuperação do passado nacional brasileiro.’” (GOMES, 1999, p. 1). É evidente que não existia um projeto uníssono a respeito da questão patrimonial no Brasil. Estudos como o de Martha Abreu e Ângela de Castro Gomes explicitam a pluralidade de projetos que visavam delinear ou redefinir a identidade nacional (GOMES e ABREU, 2009, p. 1), incluindo propostas como a de Mário de Andrade que apresentava uma perspectiva ampla da concepção patrimonial, inserindo questões atinentes ao universo imaterial. Pelo relato de Bonifácio Fortes, a aula na cidade de São Cristóvão, assim como os seus registros de ações acerca da atuação do SPHAN em Sergipe,¹⁷ é possível asseverar que o foco do intelectual no que tange ao patrimônio no

Brasil priorizou a questão do patrimônio edificado, especialmente os templos católicos (CARVALHO; ROCHA, 2006).

Todavia, o relatório produzido pelo seu discente elucida outras possibilidades de interpretação. Bonifácio Fortes Neto documenta a passagem do professor e seus discípulos pelo claustro e igreja da Ordem Terceira do Carmo. Certamente foi o momento no qual dois elementos até então ausentes de suas preleções se fizeram presentes: o patrimônio imaterial e as camadas populares.

Vimos depois o claustro, que é pequeno e comum, de notável observamos o “Pateo dos Milagres”, onde se encontram as ofertas do povo católico ao Nosso Senhor dos Passos como prêmio às suas milagrosas graças. Entramos depois na nave central da Ordem Terceira onde vimos várias Imagens tradicionais das quais destacou-se a de Nosso Senhor dos Passos, alvo das Romarias de toda a população católica de Sergipe. (FORTES NETO, 1941, p. 14).

Por alguns instantes, as duas instâncias do patrimônio se encontravam, pois a romaria se tornava indício cabal de uma centralidade da velha urbe no cenário religioso estadual. Possivelmente, a solenidade religiosa aparecia como um vestígio da história da população pobre sergipana. A simplicidade do espaço sagrado se contrastava com a notabilidade dos ex-votos, dos milagres, das promessas que registravam o testemunho da população marginalizada, assim como a força pungente da religiosidade das camadas populares. Todavia, a cena teve como protagonista a imagem devocional do Senhor dos Passos, alvo da devoção “de toda população católica de Sergipe” e tida por milagrosa. A romaria dos Passos era digna de ser registrada. Naquele parágrafo, era explicitada a importância da referida solenidade religiosa para o entendimento do povo pobre de Sergipe.

A aula ministrada por José Calasans nas ruas de São Cristóvão, nos idos de 1941, revelava uma ação política, voltada para a preservação da memória nacional e de construção de uma identidade que tinha como pilar o passado colonial. Essa política cultural do Estado Novo fez emergir ações atreladas à preservação do patrimônio histórico, especialmente os monumentos de grande “valor artístico”. Desse modo, o SPHAN passou a gerir a política nacional de preservação da memória nacional, acompanhado de ações similares nos Estados implementadas pelos interventores¹⁸.

Essa atuação do professor Calasans no SPHAN foi relativamente tímida e efêmera, pois ficou na instituição ao longo de cinco anos, nos quais foi o responsável pela indicação e elaboração das justificativas dos primeiros tombamentos dos monumentos históricos em Sergipe¹⁹. A parca documentação acerca das ações de tombamento e preservação dos

monumentos históricos em Sergipe comprova uma série de dificuldades, como a ineficiência no acompanhamento das obras de restauração e na vigilância dos bens.

Por outro lado, a trajetória do jovem professor Calasans em terras sergipanas, ao longo dos anos 40 do século XX, expressa uma prática pedagógica tingida de entusiasmo, com a inovadora transformação da cidade berço de Sergipe em espaço didático, testemunho do passado local, prova contumaz da história de sua terra. Ao olhar para as ruas estreitas e os casarões enegrecidos de São Cristóvão, Calasans enxergava muito mais do que sombras de um passado. Ele via um monumento, ou como afirma Jacques Le Goff, “um documento” pungente e revelador do sergipanismo e que poderia ser utilizado como mais um recurso no ensino de história e na educação patrimonial.

Considerações finais

O processo de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional marcou a tentativa de sistematização de ações centralizadoras na formulação de políticas públicas acerca do patrimônio no Brasil. Essas ações acabaram por legitimar um novo campo de atuação profissional, com a formação de um grupo de agentes vinculados ao Estado Novo que podem ser entendidos como intelectuais do patrimônio. Esses intelectuais, em grande medida, eram vinculados ao movimento modernista e possuíam formação em arquitetura. Todavia, o grupo também incluía outros agentes, defensores da preservação dos monumentos do passado, como literatos, jornalistas e historiadores.

Este foi o caso de José Calasans Brandão da Silva. Graduado em Direito, mas com uma trajetória profissional vinculada ao ensino de história e às pesquisas sobre o folclore, o professor Calasans tornou-se o primeiro representante do SPHAN em Sergipe. Em sua atuação como representante do SPHAN, ele realizou o processo inicial de indicação dos monumentos para o tombamento e ações de conscientização da população acerca das normativas para a preservação dos bens. Além disso, tornou-se um sujeito envolvido nas práticas de educação patrimonial articuladas ao ensino de história.

A trajetória de José Calasans como representante do SPHAN em Sergipe elucida para importantes frestas atinentes ao papel desempenhado pelos intelectuais na legitimação das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio no Brasil durante o Estado Novo, como a inserção de demandas defendidas por intelectuais ao longo dos decênios anteriores, bem como a delicada negociação entre os intelectuais do patrimônio, o Estado e a população na preservação dos monumentos.

O patrimônio cultural, perpetrado por meio da preservação dos monumentos de pedra e cal, tornou-se o instrumento de difusão de uma leitura comum do passado nacional,

na qual as cidades-monumentos de cada unidade da Federação passavam a ser valorizadas pela similitude com os centros urbanos tidos como exemplares do passado do Brasil. Neste caso, a cidade de São Cristóvão, primeira capital do Estado e abrigo do maior acervo de bens tombados pelo SPHAN em Sergipe, passava a ser entendida como um monumento digno de preservação, a relíquia que comprovava o valor do Estado nos diferentes capítulos da história nacional. Uma história exemplificada nos seus monumentos e usada no ensino de história como um recurso didático na formação das novas gerações.

Recebido em: 14/02/2017

Aprovado em: 31/08/2017

NOTAS

¹ José Calasans Brandão da Silva nasceu em Aracaju no dia 14 de julho de 1915. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia e, entre 1938 e 1947, foi professor de inúmeras instituições educacionais de Sergipe, como o Colégio Atheneu Sergipense, Escola Normal Rui Barbosa, Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Colégio Tobias Barreto (COSTA, 2011; NASCIMENTO, 2008; DANTAS, 2012; BARRETO, 2007).

² De acordo com Flávia Nascimento, “Os arquitetos foram a maioria dos profissionais envolvidos com a preservação e nos quadros iniciais do SPHAN constavam Lucio Costa, Alcides Rocha Miranda, Renato Soeiro, Paulo Thedim Barreto, Carlos Leão, Ayrton Carvalho, Edgard Jacintho, José de Souza Reis, Lucas Meyerhofer, Sílvio de Vasconcelos e Luiz Saia.” (NASCIMENTO, 2015, p. 01).

³ José Calasans, em 1947, mudou-se para Salvador, passando a atuar em diferentes instituições, entre as quais a Universidade Federal da Bahia, onde se tornou um dos principais estudiosos de Antônio Conselheiro e de Canudos.

⁴ Destacam-se as pesquisas desenvolvidas por Silvânia Santana Costa, sobre a atuação docente de Calasans em Sergipe; Ibarê Dantas sobre a trajetória do IHGSE, além de Itamar Freitas com os textos sobre historiografia.

⁵ As práticas de ensino de história do professor José Calasans, pautadas nos usos dos monumentos históricos como recurso didático podem ser consideradas ações de educação patrimonial, ao considerarmos a definição estabelecida por Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grumberg e Adriane Monteiro, na qual “Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

⁶ Essa designação está relacionada com a postura crítica diante das políticas públicas de preservação do patrimônio desenvolvidas pelo governo brasileiro por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nas quais elucidam “[...] a condição de patrimônio cultural na nação é atribuída, pelo órgão federal encarregado, apenas ao conjunto urbano edificado, além de alguns imóveis isolados” (FONSECA, 2003, p. 60).

⁷ A cidade de São Cristóvão foi criada nos idos de 1590, com o título de Cidade de Sergipe e como cabeça da capitania. Permaneceu como capital provincial até 1855, quando ocorreu a fundação de Aracaju.

⁸ Ao longo da Primeira República, os intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe passaram a buscar os elementos centrais na construção de um sentimento de pertencimento ao Estado. Tais elementos eram denominados por esses intelectuais de “sergipanismo”, ou seja, era a forma encontrada para forjar uma identidade estadual respaldada no federalismo e que tinha como eixo central a defesa da inteligência do sergipano (BARRETO, 2013).

⁹ Segundo Ibarê Dantas, em 1947, José Calasans migrou para Salvador no intuito de dar continuidade aos estudos e trabalhar no SESC. Na Bahia tornou-se professor da UFBA e importante estudioso do folclore e da Guerra de Canudos (DANTAS, 2012, p. 184).

¹⁰ Godofredo Rabello de Figueredo Filho nasceu em Feira de Santana, Bahia, no ano de 1904. Foi professor de Arte Brasileira na Escola Normal de Feira de Santana e de Belas Artes na Universidade Federal da Bahia. Atuou como diretor do SPHAN, como responsável pelos tombamentos de igrejas e sobrados da Bahia e de Sergipe. Faleceu em Salvador, em 1992 (BRASIL, 2011).

¹¹ O Colégio Tobias Barreto pertencia a José de Alencar Cardoso e refletia a ação dos militares sergipanos que tentavam criar uma escolar militar.

¹² O referido jornal noticiou da seguinte forma: “Os quartanistas do colégio Tobias Barreto excursionaram à S. Cristóvão para ouvirem uma aula de história de Sergipe do professor José Calazans Brandão.” (FORTES NETO, 1941, p. 3).

¹³ José Bonifácio Fortes Neto (1926-2004) foi um importante intelectual sergipano do século XX. Filho de Arísio Fortes, fez seus estudos iniciais no Colégio Tobias Barreto e graduou-se pela Faculdade de Direito da Bahia. Atuou como promotor, juiz de Direito e professor de Direito Administrativo. Além disso, produziu inúmeros artigos na imprensa sergipana, além do opúsculo “Evolução da paisagem Humana da Cidade de Aracaju.”, publicada pela Livraria Regina em 1956. Foi membro da Academia Sergipana de Letras e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (BARRETO, 2007; DANTAS, 2012).

¹⁴ As primeiras cidades que tiveram seus sítios históricos tombados como patrimônio nacional foram Diamantina, Congonhas do Campo, Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey, Serro e Tiradentes (BRASIL, 2013).

¹⁵ A cidade de São Cristóvão foi elevada a categoria de cidade histórica a nível estadual pelo Decreto-lei nº 94 de 22 de junho de 1938, no governo do interventor estadual Eronides Carvalho. O reconhecimento nacional ocorreu em 1967. Todavia, em 1941, o Convento Santa Cruz dos franciscanos foi tombado nacionalmente e, em 1943, foram incluídos na lista de monumentos salvaguardados pela União a Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, a igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e o complexo do Carmo (convento, igreja e Ordem Terceira). Em agosto de 1939, o presidente do SPHAN, Rodrigo Mello Franco realizou uma visita oficial ao estado de Sergipe, no intuito de “[...] investigar os monumentos históricos de Sergipe.” Nessa visita, os intelectuais José Calasans, o arquiteto José de Souza Reis (assistente técnico do SPHAN) e o auxiliar técnico Eurico Hess acompanharam o presidente. (FOLHA DA MANHÃ, 1939, p. 1).

¹⁶ Como já foi explicitado anteriormente, intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe desde os primeiros decênios do século XX discutiam questões atinentes ao sergipanismo, ou seja, aos elementos culturais que faziam do habitante do estado diferente dos vizinhos baianos e alagoanos. Entre tais pensadores, destacou-se o próprio José Calasans Brandão da Silva (SILVA, 1965, p. 46-57).

¹⁷ No Fundo José Calasans do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe constam correspondências destinadas ao intelectual ao longo de sua trajetória, especialmente no período em que atuou em terras sergipanas. É considerável destacar as epístolas que denunciavam as ações de moradores e membros das ordens religiosas que reformavam sobrados, conventos e igrejas sem respeitar as práticas de preservação do estilo arquitetônico. Ao que tudo indica, a atuação de Calasans como delegado do SPHAN em Sergipe foi voltada para a questão da preservação do patrimônio edificado.

¹⁸ Do mesmo modo que ocorreu o tombamento pelo SPHAN de importantes monumentos, o governo de Sergipe também fomentou a preservação do patrimônio histórico estadual e decretou o tombamento de igrejas e sobrados considerados relevantes para a história local.

¹⁹ Ao longo da década de 40 Calasans atuou em importantes instituições sergipanas, como o IHGSE e a Delegacia Estadual do SPHAN. Além disso, publicou nas revistas do IHGSE e de Aracaju. Nas correspondências que recebeu dos superiores do SPHAN é possível perceber um tom de reclamação por suas deficiências na vigilância dos bens tombados, pois muitas vezes Calasans soube das reformas inapropriadas nos sobrados de São Cristóvão por meio de cartas recebidas de Salvador e do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. In: BRASIL. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC, 1980.

Antigo Palácio Provincial na década de 40 do século XX. Acervo Digital do MHS.

BARRETO, Luís Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BARRETO, Luís Antônio. Bonifácio Fortes. *Infonet*. Aracaju, 2004. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=29077&titulo=Luis Antonio Barreto>. Acesso em: 27 out. 2013.

BRASIL, Marta Maria da Silva. *O vocabulário de Godofredo Filho*. Salvador, 208 f. Tese (Doutorado em Letras) UFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8412/1/Marta%20Maria%20%20da%20Silva%20Brasil.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de 30 de 30 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. *Lista dos bens culturais inscritos nos livros de tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acesso em: 14 out. 2013.

CALASANS, José. Clodomir Silva e o folclore sergipano. *Revista Sergipana de Cultura*. Aracaju, 1977.

_____. *O Ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da história de Canudos*, Salvador. Tipografia Beneditina Ltda. 1950.

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. Sergipe e sua memória: atos e ações de preservação realizados pelo Poder Público Estadual. CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). *Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado*. Aracaju: Sercore, 2006.

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). *Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado*. Aracaju: Sercore, 2006, p. 37.

COSTA FILHO, Luiz José da. S. Christovam: aspectos das coisas. *Correio de Aracaju*. Ano II, n. 35. Aracaju, 3 de março de 1907, p. 1.

COSTA, Silvânia Santana. *Espaços construídos, posições ocupadas: história docente de José Calasans Brandão da Silva em Sergipe*. São Cristóvão, 2011. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, NPGED, 2011.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

DANTAS, Ibarê. *História da casa de Sergipe (1912-2012)*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.

Em Sergipe. *Folha da Manhã*. Ano 2, nº 449, 13 de agosto de 1939, p. 1.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 59-79.

FORTES NETO, José Bonifácio. Cidade berço de Sergipe. *O Nordeste*. Aracaju, Ano IV, nº 584, 22 de outubro de 1941, p. 2-3.

GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Luso-Brazilian Review*. Vol. 36, nº 2, 1999.

_____; ABREU, Martha Campos. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*. v. 13, n. 26. 2009, p. 1-14.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 2010 [1977].

FIGUEREDO FILHO, Godofredo Rabello. *Carta nº 19 enviada a José Calasans no dia 18 de fevereiro de 1946*. IHGSE, Fundo José Calasans, Cx. 20, doc. 59-2.

_____. *Carta nº 20 enviada a José Calasans no dia 18 de fevereiro de 1946*. IHGSE, Fundo José Calasans, Cx. 20, doc. 59-1.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Flavia Brito do. *Arquitetos Modernistas*. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho. *José Calasans e Canudos: a história reconstruída*. Salvador: EDUFBA, 2008.

NUNES, Verônica Maria Menezes. *Laranjeiras: de cidade histórica a Encontro Cultural-busca de elementos para a integração da ação cultural*. 1993, Dissertação (Mestrado em Memória e Documento). Rio de Janeiro, UNIRIO, 1993.

SERGIPE. *Livro de Tombo*. nº 01, fl. 2, 1938 e o Decreto-Lei nº 94, de 22 de junho de 1938.

SILVA, José Calasans Brandão da. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 26ª. Aracaju, 1965, p. 46-57.